

DS

ARTIGO

DISCRIMINAR PESSOAS
"POLITICAMENTE EXPOSTAS"
PODE SE TORNAR CRIME

O frigorífico não será fechado e não haverá desemprego”

Fiquei, deveras, estupefato com o número de autoridades ou (ex-)autoridades) que serão beneficiados com a aprovação da lei que criminaliza quem ofender ou atacar autoridades ou familiares por conta de seus atos investidos no poder.

Os beneficiados no Executivo, Legislativo, Judiciário e nas Forças Armadas são 90 mil vereadores; 18.035 magistrados; 10.959 prefeitos; 2.125 deputados estaduais; 1.924 deputados federais; 24 distritais; 30 governadores e 321 oficiais-generais.

O projeto foi aprovado em uma votação relâmpago na Câmara dos Deputados e ainda será apreciado pelo senado Federal. Se virar lei, punirá a pessoa que discriminar políticos.

A Controladoria-Geral da União (conhecida pela sigla CGU) lista 109 mil autoridades expostas politicamente que ocuparam cargos e funções públicas relevantes nos últimos cinco anos. A lista tem pessoas que ocuparam 862 cargos e funções públicas relevantes nos últimos cinco anos, entre políticos, ministros e integrantes de setores da administração pública.

O projeto foi aprovado em uma votação relâmpago na Câmara dos Deputados

O órgão de fiscalização do governo leva em consideração entidades como o TCU, Câmara e Senado Federal, ministérios, comandantes militares e das polícias militares estaduais, além de todos os cargos do Executivo e do Legislativo.

Entre os políticos, 1.924 deputados e ex-deputados federais, 30 governadores e ex-governadores e 90 mil vereadores e ex-vereadores seriam beneficiados. Como todos os políticos são mantidos na lista de pessoas politicamente expostas por cinco anos, a CGU considera também aqueles que não se reelegeram nas eleições realizadas no período.

O Judiciário também será beneficiado pela proposta. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem listado 18.035 magistrados em todo o país. 76 são ministros, 15.505 juizes de primeiro grau, 2.308 são desembargadores e 146 são juizes substitutos de segundo grau.

Entre os militares, além dos comandantes das Forças Armadas, oficiais-generais da Aeronáutica (85), do Exército (149) e da Marinha (87) estão politicamente expostos.

Além desta lista enorme aí de cima, é preciso levar em consideração os parentes dos beneficiados.

A proposta aprovada na Câmara Federal diz que políticos, magistrados, parentes e até pessoas ligadas à autoridade não podem ser discriminados por responderem a processo ou investigação, seja por corrupção, improbidade ou demais apurações.

Quem acusar estas pessoas “protegidas” pela proposta de lei poderão responder por seus atos. Se atacar os familiares, também. Se falar mal de um ex-protégido, idem.

Coisas do nosso Brasil varonil que, em tempos de necessidade de propostas para beneficiar o povo, cuida apenas dos seus. Ah! A proposta é da filha do ex-deputado Eduardo Cunha, Dani Cunha, eleita pelo Rio de Janeiro.

Gregório José
Jornalista/Radialista/Filósofo
Pós Graduado em Gestão Escolar
Pós Graduado em Ciências Políticas
Pós Graduado em Mediação e Conciliação
MBA em Gestão Pública

JORNAL DIÁRIO DA SERRA Propriedade da AJOTA ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA CNPJ: 29.464.235/0001-16 Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões 78302-028 Tangará da Serra-MT ISSN 22386467	REDAÇÃO DIREÇÃO DE JORNALISMO Fabiola Tormes CONTATO ds@diariodaserra.com.br Envie Pautas, Fotos Sugestões e Vídeos para o whatsapp do DIÁRIO DA SERRA (65) 3326-4724 www.diariodaserra.com.br www.ds.jor.br
TIRAGEM 1 MIL EXEMPLARES CIRCULAÇÃO Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Porto Estrela, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denise, Arenópolis, Nortelândia e Santo Afonso. CENTRAL DO ASSINANTE (65) 3326.6501	DEPARTAMENTO COMERCIAL PUBLICIDADE ASSINATURA PUBLICIDADE LEGAL Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA SERVIÇOS GRÁFICOS E. Tormes e Cia. LTDA CNPJ: 14.048.123/0001-07 CONTATO: adm@diariodaserra.com.br Fone: (65) 3326-4724

DIAMANTINO

“O frigorífico não será fechado e não haverá desemprego”



Comitiva visita unidade da JBS em Diamantino

Mobilização nacional pela retomada da JBS em Diamantino

Assessoria

Uma comitiva formada pelos ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Carlos Fávaro, e do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, deputados estaduais, secretário de estado, políticos regionais e locais visitou no último sábado, 17, a unidade da JBS em Diamantino, destruída por um incêndio há pouco mais de uma semana. As autoridades foram acompanhadas pelos proprietários Joesley e Wesley Batista. O prefeito de Diamantino, Dr. Manoel Loureiro Neto, recebeu a comitiva e destacou a importância da mobilização nacional pela retomada das atividades da unidade, acometida por um incêndio no dia 11 de junho.

“O frigorífico não será fechado e não haverá desemprego, estou em conversa com empresa desde o ocorrido, acompanhando de perto todo o trabalho. É um frigorífico de potencial imenso, emprega mais de 1.500 pessoas. O ocorrido comoveu as autoridades em nível nacional e hoje recebemos esse apoio presencial do ministro da Agricultura e do ministro Gilmar Mendes, que sempre apoiaram e vem reforçando todas as ações no nosso município”, afirmou o prefeito.

mou o prefeito.

Dr. Manoel Loureiro ressaltou que está trabalhando desde o começo da gestão pela vinda de uma unidade do Corpo de Bombeiros para a cidade. “O projeto arquitetônico está aprovado e projetos complementares de hidráulica e elétrica ficarão prontos em breve. Também levaremos ao Governo do Estado uma proposta para que o Corpo de Bombeiros funcione provisoriamente em outro local antes da construção da estrutura própria. O objetivo é agilizar a implantação de equipamentos e equipes. Essa ideia é abraçada pelos municípios vizinhos”, completou.

Carlos Fávaro afirmou que o Ministério da Agricultura está pronto para ajudar Diamantino em todas as necessidades e que isso passa pela retomada das atividades da planta da JBS no município.

“Antes de mais nada, destaco me solidarizo com a região, sabendo que essa empresa gera muitos empregos e muitas oportunidades econômicas para toda comunidade. Estamos recebendo primeiramente os controladores da empresa para que possam dimensionar os estragos ocasionados pelo incêndio”, observou.

O ministro fez questão de pontuar que a prioridade é que o processo de aprovação do novo projeto do prédio aconteça da forma mais rápida possível para que as atividades da JBS sejam retomadas normalmente. “Pensando nos trabalhado-

res, o nosso foco principal é agir, junto a empresa, para que não haja desemprego”.

O presidente Assembleia Legislativa de Mato Grosso, deputado Eduardo Botelho também defendeu a união de esforços. “Nosso foco é recuperarmos o mais rápido possível as atividades da unidade e voltarmos a ter uma movimentação financeira e principalmente não perder os postos de trabalho que gera esse frigorífico. Foi uma notícia triste para os que estão aqui e fora do município. A empresa gera uma quantidade expressiva de empregos na região. O impacto de uma paralisação é muito grande, para o município e estado de uma forma geral”.

Prazo para retomada - Sobre o prazo para retomada, Renato Costa, presidente da Friboi, disse ainda não poder precisar, porém acredita que de seis a oito meses. Segundo ele, o abate não foi impactado. Sofreram impacto a estocagem, túnel de congelamento e outras áreas.

“Naturalmente retoma primeiro o abate, em um segundo momento a desossa, a princípio esse é o nosso planejamento. A ideia também é transferir o produto para ser desossado em alguma outra unidade e assim será por etapa até os trabalhos serem 100% retomados”.

Quanto aos colaboradores, Renato Costa informou que estão recebendo todo apoio do grupo, e entraram em férias de 15 dias que poderão ser prorrogadas por mais 15 até que o estudo do impacto seja concluído.